

Um novo Senado



» RODRIGO BEDRITICHUK
Doutorando de ciência política no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB)

» ADRIÁN ALBALA
Doutor em ciência política e professor adjunto do IPOL/ UnB

José Sarney costumava dizer que a história do Brasil poderia ser contada a partir das costuras políticas feitas pelo parlamento, mais especificamente dentro do Senado. Exemplos da atuação do Senado na manutenção da integridade territorial do Brasil, na abolição da escravidão ou no funcionamento durante o regime militar apoiam essa visão. Se as mudanças não eram processadas com a velocidade ideal pela sobreposição de soluções, pelo menos havia estabilidade e o Senado mostrava sempre sua vocação para a conciliação.

De fato, o Senado é tradicionalmente visto pela literatura em ciência política como uma casa de “anciãos”, cujo propósito seria a representação das entidades federativas e o resfriamento da efervescência da Câmara. A maioria dos estudos sobre o Senado refere-se ao órgão como “celeiro de lideranças” e “antessala de governadores”. A referência do Senado nos EUA como “incubadora de presidentes” também pode ser aplicada ao nosso Senado.

Neste pleito, seis senadores venceram ou foram ao segundo turno para os governos estaduais. Desde 2014, nomes importantes das candidaturas presidenciais eram senadores: Aécio Neves, Simone Tebet, Soraya Thronicke e Kátia Abreu. Flávio Bolsonaro, se eleito em segundo turno, vai engrossar a lista de presidentes que frequentaram o Senado, composta por Collor, Itamar e FHC. A Câmara Alta, assim, congrega uma elite política de relevo em toda a política nacional e parece dar razão ao diagnóstico de Sarney.

De forma inédita durante essa eleição, as atenções de todos os comentaristas políticos passaram a focar-se na Casa Alta, não pelo seu comportamento tradicional, mas, sim, pelo seu comportamento potencial. Dois pontos da eleição de ontem, que renovou dois terços das cadeiras, merecem destaque.

Em primeiro lugar, há uma brutal reconfiguração partidária, com a hegemonia incontestável do PL. Desde 1988 e por muitos anos, a presidência do Senado alternou-se entre as principais agremiações herdeiras do regime militar e do bipartidarismo: sempre com as maiores bancadas, PFL (depois DEM e, hoje, União) e PMDB alternavam-se em brigas às vezes intestinas para ver quem comandava a Casa, seguindo a regra não escrita de que a maior bancada faz o presidente da Casa. Partidos históricos, com capilaridade nacional e força regional perderam espaço nessa eleição, bem como figuras históricas, como Renan Calheiros.

Essa alternância já vinha sendo quebrada nos últimos anos com a eleição de Davi Alcolumbre, que construiu uma coalizão de apoio pessoal, e por Rodrigo Pacheco, sucessor de

Alcolumbre, com o PSD como principal articulador. No entanto, na eleição deste domingo o mesmo PSD perdeu força, reduzindo sua bancada para apenas cinco senadores.

A consolidação do PL, que sozinho contará com uma bancada de mais de um terço da Casa, e junto com os aliados Republicanos e outros almeja um controle dos três quintos da mesma, constitui, portanto, um realinhamento inédito na relação de forças internas, com uma inclinação para a direita.

Em segundo lugar, o controle da agenda e o controle da presidência do Senado serão o próximo passo para as forças de direita. De fato, a presidência do Senado agora é vista de outro modo. O poder de agenda legislativa inerente ao cargo, podendo ditar a pauta do Senado e até do Congresso, já é conhecido. Porém, ultimamente descobriu-se outra faceta desse poder.

O controle temporal das indicações presidenciais para diversos cargos, com atraso sistemático e intencional, bem como o filtro para a abertura de processos de impeachment de ministros do Supremo conferem à presidência do Senado um poder de agenda negativo e uma relevância não apenas quanto às matérias legislativas, mas no próprio equilíbrio entre os Poderes, trazendo o Supremo Tribunal Federal (STF) de vez para o centro da pauta política.

Assim, desse realinhamento das forças dentro do Senado, podemos esperar, também, uma reformulação das atitudes da Câmara Alta. A postura tradicionalmente conciliatória da Casa, como lembra Sarney, pode dar lugar a um comportamento muito mais proativo e ofensivo.

Acolhimento e mobilização: o papel das associações de pacientes na jornada oncológica



» LUIZ AYRTON SANTOS JÚNIOR
Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) e médico mastologista

O diagnóstico de câncer é, invariavelmente, um divisor de águas na vida de qualquer indivíduo. Diante da incerteza e do medo dos pacientes e de seus familiares, é nesse momento de vulnerabilidade que as associações e organizações de pacientes brilham em sua vocação primária e mais conhecida: o acolhimento humano, logístico e emocional.

Na prática, essa rede de apoio local atua como um verdadeiro “paraquedas”. Quando as portas dos consultórios se fecham e as dúvidas surgem, são as ONGs que acolhem as angústias cotidianas de quem enfrenta a doença, oferecendo um suporte que se materializa de diversas formas: no acompanhamento psicológico gratuito, essencial para manter a saúde mental durante a jornada; na orientação assistencial e jurídica, que desburocratiza o acesso a direitos fundamentais, como auxílio-doença e transporte; e na assistência logística, oferecendo, muitas vezes, opções de transporte, hospedagem e alimentação para pacientes que viajam quilômetros em busca de tratamento.

Há também um cuidado profundo com a identidade e a dignidade do paciente. Ações que podem parecer simples, como o corte de cabelo solidário, a doação de perucas, a entrega de próteses mamárias externas e lenços, desempenham um papel que ousou chamar de clínico. Ao resgatar a autoestima de uma mulher em tratamento quimioterápico, essas instituições devolvem a ela a força emocional necessária para suportar a toxicidade e a exaustão física do processo.

Essas ações de impacto imediato são o coração do terceiro setor na oncologia e mudam a vida de quem as recebe. No entanto, o alcance dessas ações em prol das pessoas em jornada oncológica precisa transcender as redes de apoio local. Para isso, há um motor estratégico que atua nos bastidores: o advocacy.

Para compreendermos a urgência desse trabalho, basta olharmos para os dados. Segundo estimativas do Instituto Nacional de Câncer (Inca), o Brasil deve registrar mais de 704 mil novos casos de câncer por ano no triênio atual, sendo o câncer de mama o de maior incidência entre as mulheres (excluindo os tumores de pele não melanoma). Diante de um desafio dessa magnitude, o acolhimento individual — embora vital — não é suficiente para alterar os gargalos sistêmicos do sistema de saúde. É preciso mudar a regra do jogo.

O advocacy em saúde consiste, fundamentalmente, em traduzir as dores da sociedade em formulação de políticas públicas estruturantes. É o trabalho metódico de monitorar projetos de lei, dialogar com parlamentares e gestores do Ministério da Saúde, participar de consultas públicas na Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS) e gerar dados que embasem a tomada de decisão governamental.

Em 2026, a Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) celebra seus 20 anos de fundação. Ao longo dessas duas décadas, construímos uma rede com mais de 70 ONGs associadas em todo o país. O que a história da Federação nos ensina é que a voz isolada de um paciente é um apelo; a voz unânime de dezenas de associações organizadas é uma força indutora de políticas públicas.

As vitórias alcançadas por meio da mobilização social organizada provam que o advocacy salva vidas em escala populacional. Foi o trabalho contínuo das organizações da sociedade civil que culminou na aprovação da Lei dos 60 Dias (Lei nº 12.732/2012), garantindo o direito do paciente iniciar o tratamento oncológico no SUS em até 60 dias após o diagnóstico, e, posteriormente, na Lei dos 30 Dias (Lei nº 13.896/2019), que assegura a realização de exames diagnósticos em até 30 dias para suspeitas de câncer.

Mais recentemente, celebramos outro avanço histórico: a incorporação dos testes genéticos (para identificar mutações nos genes BRCA1 e BRCA2) no Sistema Único de Saúde. Essa conquista, intensamente articulada pela Femama por meio de mobilização social e participação em consultas públicas, democratiza o acesso à oncologia de precisão no país. Na prática, oferecer o mapeamento genético na rede pública significa não apenas direcionar tratamentos mais assertivos e personalizados para as pacientes, mas também identificar precocemente o risco em seus familiares, mudando o curso de histórias que antes pareciam predeterminadas.

Esses marcos regulatórios não nasceram espontaneamente nos gabinetes do Legislativo. Eles são o resultado direto de associações de pacientes exercendo seu papel político e técnico. Entender a importância das ONGs de saúde hoje é reconhecer que elas deixaram de ser apenas entidades assistencialistas para se consolidarem como agentes técnicos essenciais para a sustentabilidade e eficiência dos sistemas de saúde.

Apoiar e fortalecer as organizações de pacientes é reconhecer que o cuidado oncológico exige uma abordagem dupla. A rede de apoio local e o advocacy não caminham isolados; eles são pilares complementares e indissociáveis, que fazem a diferença na vida das pessoas.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Entre mobilização e rejeição no segundo turno de 2026



» DENILDE HOLZHACKER
Cientista política e professora do curso de relações internacionais da ESPM

Desde a redemocratização, o Brasil teve sete eleições presidenciais decididas em segundo turno. Em todas elas, quem liderou o primeiro turno terminou eleito. A eleição de 2026 coloca esse padrão histórico novamente à prova, mas em uma disputa com uma característica particular: a pequena distância entre os dois candidatos.

Flávio Bolsonaro teve 47,03% dos votos válidos; e Lula, 45,16%, uma diferença de apenas 1,87 ponto percentual. Em 2022, por exemplo, Lula chegou ao segundo turno com uma vantagem de 5,23 pontos sobre Jair Bolsonaro.

A pergunta, portanto, é o que esse resultado nos diz sobre o segundo turno. A transferência, ainda que não uniforme, dos votos dos demais candidatos pode alterar o quadro para qualquer um dos lados. Mas uma das grandes questões será o comparecimento. Estudos sobre eleições decididas por margens estreitas mostram a importância da mobilização e da participação eleitoral. No Brasil, há ainda um precedente interessante: em 2022,

o comparecimento foi maior no segundo turno do que no primeiro.

Por isso, um dos desafios da campanha de Lula será estimular a participação eleitoral, manter seus eleitores engajados e garantir que aqueles que já se identificam com o PT ou com o presidente voltem às urnas. Além de conquistar novos votos, será fundamental preservar a mobilização da própria coalizão eleitoral.

Há também um componente psicológico importante: evitar que se consolide entre seus eleitores a percepção de que “não dá mais para reverter”. Esse sentimento poderia produzir desmobilização e reduzir a disposição para participar da campanha e, principalmente, para comparecer às urnas.

Flávio Bolsonaro entra no segundo turno em uma situação diferente. Chega embalado pelo crescimento eleitoral em relação ao desempenho de Jair Bolsonaro no primeiro turno de 2022 e pelos resultados expressivos da direita nas eleições legislativas e estaduais. Esse ambiente pode ser utilizado pela campanha para reforçar uma percepção de força e continuidade. Ao mesmo tempo, existe um desafio inverso: evitar que a percepção de que “já ganhou” reduza o senso de urgência entre os próprios eleitores. Flávio também precisará manter sua base mobilizada e, ao mesmo tempo, buscar eleitores que votaram em outros candidatos ou não compareceram no primeiro turno.

Outro aspecto importante é que o

segundo turno tende a fortalecer a lógica da rejeição e do voto “contra”. Parte do eleitorado vota naquele que considera preferível diante da possibilidade de vitória do candidato que mais rejeita.

Nesse ambiente, as duas campanhas tendem a explorar as vulnerabilidades e rejeições do adversário. No caso de Flávio Bolsonaro, o antipetismo deverá continuar sendo um elemento importante de mobilização. No caso de Lula, a campanha tende a enfatizar os riscos que associa ao retorno do bolsonarismo, incluindo possíveis perdas de direitos, mudanças em políticas públicas e questões relacionadas às instituições democráticas.

Por isso, quem espera um segundo turno predominantemente marcado pela confrontação de propostas e projetos de governo poderá se decepcionar. A tendência é de uma campanha de temperatura elevada, com forte confronto político e narrativo, na qual a rejeição ao adversário terá peso relevante.

Mas existe um limite importante para as duas campanhas: elevar a rejeição ao adversário sem produzir uma campanha tão negativa que aumente o desencanto e afaste eleitores das urnas. Em uma eleição separada por menos de dois pontos no primeiro turno, mobilizar o eleitor não é apenas uma questão de convencê-lo sobre em quem votar. É também convencê-lo de que vale a pena comparecer às urnas.